



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA - RAINT

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07 (29/12/2006) DA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 (03/01/2007) DA SECRETARIA
FEDERAL DE CONTROLE INTERNO.

ARACAJU/SE, JANEIRO DE 2015



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
AUDITORIA INTERNA

EXERCÍCIO:

2014

ASSUNTO:

Relatório Anual das Atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna do IFS, concernentes ao exercício de 2014.

TIPO DE AUDITORIA:

Acompanhamento

ENTIDADE:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

CÓDIGOS UG:

158134 (Reitoria), 158392 (Câmpus São Cristóvão), 158393 (Câmpus Aracaju), 158394 (Câmpus Lagarto), 152420 (Câmpus Nossa Senhora da Glória), 152426 (Câmpus Estância), 152430 (Câmpus Itabaiana), 154679 (Câmpus Tobias Barreto), 154681 (Câmpus Propriá), 154626 (Câmpus Poço Redondo), 154680 (Câmpus Nossa Senhora do Socorro)

GESTÃO:

26423



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
AUDITORIA INTERNA

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	05
2 – DA AUDITORIA INTERNA.....	06
2.1 – Composição da Auditoria Interna.....	06
3 – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NA AUDITORIA INTERNA DO IFS.....	07
3.1 – Emissão de Relatórios.....	08
3.2 – Ações não Planejadas e Realizadas pela AUDINT.....	09
3.3 – Ações Planejadas e não Realizadas pela AUDINT.....	09
3.4 – Assessoramento por meio de Notas Técnicas e Orientações de Auditoria.....	10
4 – REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES.....	10
4.1 – Recomendações oriundas da CGU e TCU – Tribunal de Contas da União.....	10
4.2 – Recomendações Formuladas pela AUDINT.....	11
4.3 – As decisões e recomendações do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e outros órgãos de regulação e fiscalização da atividade da entidade.....	13
4.4 – As Ações Relativas a Demandas Recebidas pela Ouvidoria da Entidade.....	16
4.5 – As Ações Relativas a Denúncias Recebidas Diretamente pela Entidade.....	16
4.6 – As Obrigações Legais da Entidade em Relação às Entidades de Previdência Privada.....	16
5 – RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS.....	16
5.1 – O cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na LDO.....	16
5.2 – A avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela entidade.....	18
5.3 – A Avaliação dos Controles Internos Administrativos da Entidade.....	19
5.4 – A Regularidade dos Procedimentos Licitatórios.....	19
5.4.1 – Dispensas e inexigibilidades.....	20
5.4.2 – Demais processos licitatórios.....	23
5.5 – Avaliação do gerenciamento execução dos convênios, acordos e ajustes firmados.....	25
5.6 – A verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal.....	25
6 – FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	25
6.1 – Fatos de relevantes de natureza administrativa.....	25
6.2 – Informações sobre as ações de capacitação realizadas ao longo do exercício e os resultados alcançados.....	26
6.3 – Informações sobre a realização de ações de fortalecimento da unidade de auditoria interna.....	29
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
ANEXO I.....	31
ANEXO II.....	41
ANEXO III.....	56
ANEXO IV.....	63



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
AUDITORIA INTERNA

1 – INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2015, bem como às Instruções Normativas nº 07, de 29 de dezembro de 2006 e nº 01, de 03 de janeiro de 2007, emitidas pela Controladoria Geral da União - CGU, que normatizam a elaboração e acompanhamento da execução do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), apresentamos os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna/AUDINT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, no exercício de 2014.

Durante o período de realização dos trabalhos, a Auditoria Interna expediu Solicitações, Memorandos, Notas de Auditoria, Despachos, bem como realizou verificações “*in loco*”, pesquisas em sistemas corporativos (SIAPE, SIASG, SIAFI, SCDP, SISAC/TCU, CGU/PAD, SPIUnet, COMPRASNET etc.), confrontação de documentos, dentre outras técnicas de auditoria, com a finalidade de obter informações fundamentadas (fática e documental) para assessorar a gestão e subsidiar os exames na produção deste Relatório Anual.

As ações de auditoria alcançaram diversas áreas de atuação que exigiram maior direcionamento do setor, abarcando o período entre os dias 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, sendo empreendidas para contribuir na otimização da gestão realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, além de racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo.

2 – DA AUDITORIA INTERNA

Os trabalhos desenvolvidos pela AUDINT nos exercícios anteriores e a experiência adquirida na execução de tais trabalhos viabilizaram uma visão mais complexa das principais áreas de atuação da AUDINT dentro da Instituição, com o objetivo de fortalecer a gestão.

Cabe destacar que, no exercício de 2014, houve concurso público com 3 (três) vagas para o cargo de auditor. Com as novas nomeações, duas auditoras passaram a integrar o quadro de recursos humanos da AUDINT e com a perspectiva de que mais um auditor seja nomeado no exercício de 2015. Com o aumento do quadro de pessoal, foi possível planejar uma ampliação das ações de auditoria.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas para atendimento das ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014 no decorrer do exercício foram desenvolvidas com os auditores abaixo indicados, atuando centralizadamente até o mês de novembro. Em 2014 mais uma vez os trabalhos abrangeram todo Instituto, apesar de não haver auditores disponíveis especificamente para todos os câmpus.

2.1 – Composição da Auditoria Interna

A força de trabalho desta Unidade compôs-se em 2014 pelos Auditores: Maria Alvina de Araújo Gomes (lotada na Reitoria), Fernando Augusto de Jesus Batista (lotado no Câmpus São Cristóvão), William de Jesus Santos (lotado no Câmpus Lagarto), Giulliano Santana Silva do Amaral (lotado no Câmpus Nossa Senhora da Glória), Helanne Cristianne da Cunha Pontes (lotada no Câmpus Estância) e Raquel da Silva Oliveira Estácio (lotada no Câmpus Lagarto).

Cabe observar que em julho de 2014, os auditores Fernando Augusto de Jesus Batista, Giulliano Santana Silva do Amaral e William de Jesus Santos participaram do processo de remoção interna, através do Edital IFS/REITORIA/PROGEP/CSDP nº 40/2014 e tiveram as suas lotações alteradas, através da Portaria nº3850, de 24 de dezembro de 2014. A tabela seguinte demonstra a nova lotação de cada servidor.

Ressalte-se também que em de julho de 2014 a administração convocou 03 (três) novos auditores para assumir o cargo. Em consequência das novas nomeações, as auditoras Helanne Cristianne da Cunha Pontes e Raquel da Silva Oliveira Estácio entraram em exercício em 22 de agosto e em 07 de novembro, respectivamente.

LOTAÇÃO/ATUAÇÃO	SERVIDOR	FORMAÇÃO	CARGO	PERÍODO
Reitoria	Maria Alvina de Araújo Gomes	Ciências Contábeis	Auditora	2014 (Integral)
Aracaju/Reitoria	Fernando Augusto de Jesus Batista	Direito	Auditor	2014 (Integral)

São Cristóvão/Reitoria	William de Jesus Santos	Direito	Auditor	2014 (Integral)
Itabaiana/Reitoria	Giulliano Santana Silva do Amaral	Direito e Administração	Auditor	2014 (Integral)
Estância/Reitoria	Helanne Cristianne da Cunha Pontes	Ciências Contábeis	Auditores	2014 (A partir de Agosto)
Lagarto/Reitoria	Raquel da Silva Oliveira Estácio	Ciências Contábeis	Auditores	2014 (A partir de Novembro)

Auxiliando nos trabalhos de auditoria, esta AUDINT também contou com o apoio dos seguintes estagiários em 2014: Nadhialype Silva Ribeiro e Ísis Matos Cavalcante Gama, todos lotados na Reitoria, conforme tabela a seguir:

LOTAÇÃO	SERVIDOR	FORMAÇÃO	CARGO	PERÍODO
Reitoria	Nadhialype Silva Ribeiro	Direito	Estagiária	02/07/2013 a 23/01/2014
Reitoria	Ísis Matos Cavalcante Gama	Direito	Estagiária	01/09/2014 a 31/12/2014

Cumprir esclarecer que, apesar do esforço desta equipe de Auditoria Interna, o limitado quantitativo de pessoal antes das novas nomeações ocorridas a partir do segundo semestre, impactou no cumprimento do PAINT/2014.

3 – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NA AUDITORIA INTERNA DO IFS

A atuação da Auditoria Interna prevista no PAINT/2014 inicialmente abrangia as seguintes áreas: Controle da Gestão (RAINT/2013, Processo de Contas Anual, PAINT/2015, Orientações, Recomendações e Determinações da CGU e TCU e AUDINT), Gestão Orçamentária (Auditoria no Orçamento da Instituição), Gestão Financeira (Auxílio Financeiro a Estudante e Contribuições), Gestão de Suprimento de Bens e Serviços (Auditoria Compartilhada com a CGU nos Processos Licitatórios e Contratos Relativos às Obras e Projetos de Engenharia, Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, Processo de Contratação em Tecnologia da Informação), e Gestão da Auditoria Interna (Assessoramento a Gestão, Elaboração dos Relatórios de Auditoria, Atividades Administrativas na AUDINT, Elaboração Regimento Interno), conforme **ANEXO I**.

Contudo, efetivamente, a atuação da Auditoria Interna em 2014 abrangeu as seguintes áreas: Controle da Gestão (RAINT/2013, Processo de Contas Anual, PAINT/2015, Orientações, Recomendações e Determinações da CGU e TCU e Assessoramento a Gestão); Gestão financeira (Auxílio Financeiro à Estudante); e Gestão de Suprimento de Bens e Serviços (Processos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação, Processo de Contratação em Tecnologia da Informação e Auditoria nos processos licitatórios relativos às obras e projetos de engenharia).

A organização das atividades anuais é alicerçada no planejamento encaminhado e aprovado pelo Conselho Superior do IFS, assim como pela Controladoria Geral da União – CGU, mediante o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

Desta forma, em Outubro de 2014 o PAINT/2015 foi enviado à Controladoria Geral da União – CGU para prévia avaliação, e, após ratificação através do Ofício nº 1094/2014 – CGU – Regional/SE/CGU/PR, foi encaminhado ao Conselho Superior do IFS para aprovação, que ocorreu por intermédio da Resolução nº 95 de 26 de dezembro de 2014.

3.1 – Emissão de Relatórios

Durante o exercício de 2014, a Unidade de Auditoria Interna realizou auditorias nas áreas de Controle da Gestão, Gestão Financeira e Gestão de Suprimento de Bens e Serviços. Os Relatórios de Atividades expedidos totalizaram-se em 05 (cinco) e abordaram os seguintes assuntos:

RELATÓRIOS				
Nº	ÁREA/ SUBÁREA/ UNIDADES	CRONOGRAMA EXECUTADO	ASSUNTO	ESCOPO
01	Gestão Financeira / Auxílio Financeiro a Estudantes/ Câmpus Aracaju, Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e São Cristóvão.	20 de março a 27 de agosto.	Certificar a legalidade e legitimidade dos pagamentos; Identificar os pontos fortes e fracos dos controles administrativos, inerentes as concessões.	5% do número de concessões considerando as diversas modalidades.
02	Gestão de Suprimento de Bens e Serviços / Processos de dispensa e inexigibilidade de licitação / Unidade Reitoria e Câmpus Aracaju, São Cristóvão e Estância.	1º de agosto a 14 de novembro de 2014.	Avaliar os processos de aquisição de material de consumo, verificando a formalização dos processos de modo a assegurar o atendimento às exigências legais pertinentes, bem como identificar os pontos fortes e fracos dos controles administrativos.	100% do número dos processos de aquisição de material de consumo.
03	Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços / Processo de contratação em Tecnologia da Informação / PROAD	1º de agosto a 14 de novembro de 2014.	Certificar se os procedimentos adotados pela instituição para aquisição de bens e serviços de TI (material de processamento de dados) atendem aos critérios de sustentabilidade ambiental.	100% das contratações em bens e serviços de TI.
04	Controle de Gestão / Auxílio Financeiro a Estudantes/DIAE	1º de abril a 7 de janeiro de 2015.	Avaliar os controles internos administrativos em nível operacional aplicados ao processo de concessão de auxílios financeiros a estudantes.	Controles internos em nível operacional aplicados pela gestão.
05	Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços / Processo	12 de novembro a 28 de janeiro de	Comprovar a observância das exigências legais para	50% das concorrências para contratação de obras e

	de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia / DIPOP	2015.	composição dos processos licitatórios e contratação nos casos de obras e serviços de engenharia pelo IFS.	serviços de engenharia.
--	---	-------	---	-------------------------

3.2 – Ações não Planejadas e Realizadas pela AUDINT

Dado o impacto da greve ocorrida no IFS entre os meses de maio e julho na atuação da equipe da AUDINT e considerando que esta não aderiu ao movimento, nesse ínterim a equipe realizou diversas ações de desenvolvimento institucional e capacitações, além de Auditorias de Acompanhamento, a saber:

Auditoria de Acompanhamento: Nota de Auditoria nº 01/2014

Objetivo: Avaliar o cumprimento das principais recomendações resultantes de constatações nas ações de auditoria na subárea –Diárias e Passagens – realizadas em 2011, indicadas nos relatórios de auditoria 01/2011 e 14/2011, por meio do monitoramento de processos no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, cujo trabalho deu origem a Nota de Auditoria nº 01/2014.

Auditoria de Acompanhamento: Nota de Auditoria 02/2014:

Objetivo: Em decorrência do lançamento pelo IFS do Programa IFS Sustentável, a ação teve por objetivo sinalizar à gestão aspectos relevantes sobre o tema sustentabilidade ambiental, em função de recomendações da CGU, exigências do TCU no Relatório de Gestão, cujo trabalho originou a Nota de Auditoria 02/2014.

3.3 – Ações Planejadas e não Realizadas pela AUDINT

Dentre as atividades previstas no PAINT 2014, não foram realizadas as auditorias na Área de Orçamento, na subárea Orçamento da Instituição e na Área de Gestão Financeira, na subárea Contribuições.

A execução da ação Orçamento da Instituição foi impossibilitada em função do movimento grevista de Docentes e Técnicos Administrativos do IFS, iniciada em 06/05/2014, prolongando-se até 08/07/2014, que também impactou na conclusão da ação iniciada no mês de março (Auxílio Financeiro a Estudantes). Dado o impacto da greve na atuação da equipe da AUDINT e considerando que esta não aderiu ao movimento, nesse ínterim a equipe realizou diversas ações de desenvolvimento institucional e capacitações, além de Auditorias de Acompanhamento, a saber, Diárias e Passagens e Nota de Auditoria 02/2014, conforme evidenciadas no item 3.2.

A ação Contribuições, prevista para setembro, foi sacrificada em virtude da execução concomitante de duas ações no período (Dispensa e Inexigibilidade e Contratação em TI), fiscalização do TCU em curso e equipe reduzida de 04 (quatro) para 03 (três) servidores, em razão de reescalonamento de férias.

3.4 – Assessoramento por meio de Notas Técnicas e Orientações de Auditoria

Durante o exercício de 2014, além do assessoramento realizado por esta AUDINT através dos Relatórios de Auditoria, foram emitidos documentos em forma de Nota de Auditoria e Nota Técnica objetivando auxiliar os gestores, acerca de matérias relacionadas diretamente ao desenvolvimento institucional.

Nesse sentido, foram emitidas 02 (duas) Notas de Auditoria e 02 (duas) notas técnicas subsequentes:

Orientações de Auditoria e Notas Técnicas 2014	
Documento	Assunto
Nota de Auditoria nº 01/2014/AUDINT/IFS	Avaliação do cumprimento das principais recomendações resultantes de constatações nas ações de auditoria na subárea –Diárias e Passagens – realizadas em 2011, indicadas nos relatórios de auditoria 01/2011 e 14/2011.
Nota de Auditoria nº 02/2014/AUDINT/IFS	Sinalização à gestão de aspectos relevante sobre o tema sustentabilidade ambiental, em função de recomendações da CGU e exigências do TCU no Relatório de Gestão.
Nota de Técnica nº 01/2014/AUDINT/IFS	Manifestação quanto à proposição do Regimento Interno da AUDINT, após Parecer Jurídico da Procuradoria Federal.
Nota de Técnica nº 02/2014/AUDINT/IFS	Análise das providências adotadas pela Coordenação Geral do PRONATEC/IFS para atendimento das recomendações constantes do Relatório de Auditoria – RA nº 03/2013/AUDINT.

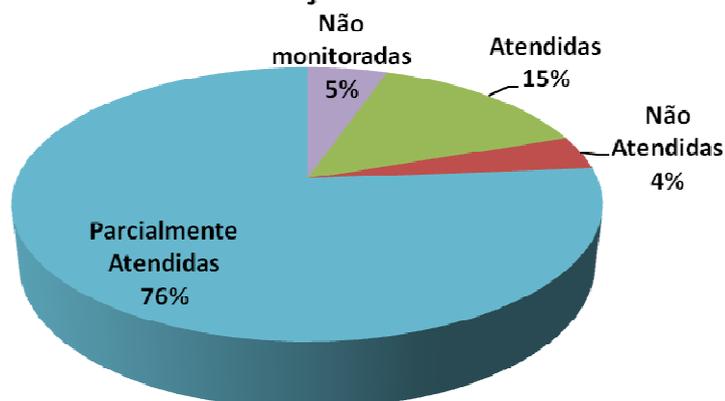
4 – REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES

Além dos Relatórios emitidos no ano de 2014, a AUDINT encaminhou às Unidades Gestoras do IFS, por meio do Plano de Providências Permanente, orientações, recomendações, diligências e determinações dos órgãos de controles interno e externo, fazendo a avaliação das providências adotadas pelos gestores, conforme descrito a seguir.

4.1 – Recomendações oriundas da CGU – Controladoria Geral da União e TCU – Tribunal de Contas da União

Quanto às recomendações da Controladoria Geral da União – CGU, após o monitoramento da AUDINT, verificou-se que de um total de 76 recomendações: 11 (onze) foram atendidas (representando um total de 15%), 3 (três) não foram atendidas (correspondendo a um global de 4%), 58 (cinquenta e oito) foram parcialmente atendidas (compreendendo um montante de 76%) e 4 (quatro) não monitoradas (representando 5%), conforme gráfico a seguir:

Recomendações da CGU



No **ANEXO II**, consta a análise pormenorizada da CGU quanto ao atendimento pelo IFS das recomendações exaradas.

Quanto às determinações do Tribunal de Contas da União – TCU, após o monitoramento da AUDINT, de um total de 36 determinações/recomendações, verificou-se que 13 (treze) foram atendidas (representando um total de 36%), 2 (duas) não foram atendidas (correspondendo a um global de 5%), 2 (duas) foram parcialmente atendidas (compreendendo um montante de 6%) e 19 (dezenove) não monitoradas (representando um total de 53%), conforme gráfico a seguir:

Determinações/Recomendações do TCU



No **ANEXO III**, consta a análise pormenorizada da AUDINT e do TCU quanto ao atendimento pelo IFS das determinações exaradas pelo TCU.

4.2 – Recomendações Formuladas pela AUDINT

As recomendações exaradas pela AUDINT no decorrer do exercício de 2014, nos Relatórios de Auditoria nº 01, 02 e 03 (totalizando 76 recomendações), foram monitoradas, utilizando informações do módulo de auditoria interna no Sistema

Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, instrumento imprescindível ao acompanhamento das ações realizadas pela gestão, que possibilita uma visualização do panorama institucional no que diz respeito à adoção das recomendações, conforme **ANEXO IV**.

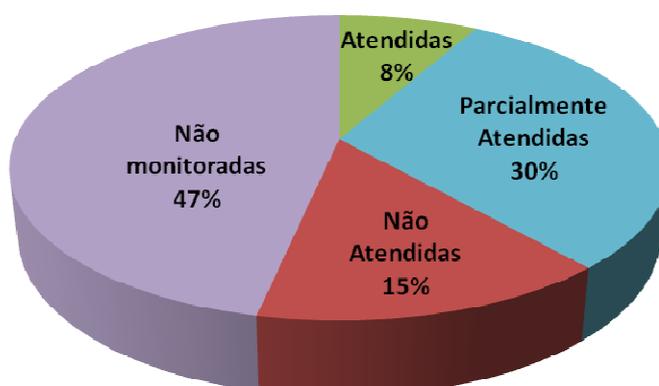
Em contrapartida, devemos esclarecer que não foi possível realizar o monitoramento dos Relatórios de Auditoria nº 04 e 05/2014 (total de 38 recomendações), que trata das Áreas de Gestão Financeira e de Suprimento de Bens e Serviços, respectivamente. Referida ausência se deu em virtude de as recomendações demandarem razoável prazo de implementação, não sendo possível em função da recente conclusão destes.

Cumprir registrar, entretanto, que a Audint não realizou novo monitoramento das recomendações pendentes de atendimento, referentes aos relatórios dos exercícios 2012 e 2013, consubstanciadas nos relatórios de auditoria concluídos (totalizando 451 recomendações).

Todavia, a partir de 2015, entrou em funcionamento total o referido módulo de auditoria do SIPAC, que facilitará sobremaneira a condução dos trabalhos de monitoramento, tendo em vista que essas ações serão realizadas por meio eletrônico, permitindo a consolidação destas de forma mais célere, alcançando uma maior eficiência nesta etapa da auditoria.

Assim, considerando a consolidação dos trabalhos de monitoramento aos relatórios dos exercícios, que totalizaram 135 recomendações, verificou-se que 11 (onze) foram atendidas (representando um total de 8%), 20 (vinte) não foram atendidas (correspondendo a um global de 15%), 41 (quarenta e um) foram parcialmente atendidas (compreendendo um montante de 30%) e 63 (sessenta e três) não foram monitoradas (compreendendo um montante de 47%), conforme gráfico a seguir:

Recomendações da AUDINT



No **ANEXO IV**, consta a análise pormenorizada da AUDINT quanto ao atendimento pelo IFS das suas recomendações.

4.3 - As decisões e recomendações do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e outros órgãos de regulação e fiscalização da atividade da entidade.

O IFS não possui Conselho Fiscal nem de Administração. No entanto, há o Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, que é o órgão máximo do Instituto Federal de Sergipe, nos termos do art. 8º do seu Estatuto, e, dentre outras competências, aprova as normas da Instituição.

No ano de 2014 foram aprovadas 95 Resoluções pelo Conselho Superior, dentre elas cabe destacar as Resoluções **79/2014** que aprova a alteração do art. 26 do Estatuto, que trata Auditoria Interna e **95/2014** que aprova o PAINT/2015.

CONSELHO SUPERIOR	
Nº	RESOLUÇÕES
1	Deflagra processo para escolha do Reitor e DGs
2	Altera o regulamento para afastamento de professores
3	Aprova o Regimento interno do NAPNE
4	Aprova o Regulamento do PRAAE
5	Aprova a Norma do Auxílio Alimentação do PRAAE
6	Aprova a Norma do auxílio residência do PRAAE
7	Aprova a Norma do auxílio transporte do PRAAE
8	Aprova a Norma do auxílio permanência do PRAAE
9	Aprova a Norma do auxílio estudantes pais e mães do PRAAE
10	Aprova a Norma da Bolsa Arte e Cultura do PRAAE
11	Aprova a Norma da bolsa de incentivo ao êxito acadêmico do PRAAE
12	Aprova a Norma da bolsa estudantil partilhando saberes do PRAAE
13	Aprova a Norma da bolsa trainee do PRAAE
14	Aprova o Manual de rotinas e procedimentos da CRE
15	Aprova o regulamento para gratificação por encargo de curso ou concurso
16	Aprova o regulamento para avaliação de desempenho
17	Altera Ad Referendum o regulamento para afastamento de professores
18	Homologa Ad Referendum a composição das comissões eleitorais locais
19	Homologa Ad Referendum a composição da comissão eleitoral geral
20	Aprova Normas do processo eleitoral
21	Referenda a resolução 18/2014/CS
22	Referenda a resolução 19/2014/CS
23	Aprova ad referendum PPC Técnico em Administração - EAD
24	Aprova ad referendum PPC Transações Imobiliárias - EAD
25	Aprova ad referendum PPC Reabilitação em Dependentes Químicos - EAD
26	Altera Ad Referendum as normas do processo eleitoral
27	Aprova ad referendum reformulação do PPC Licenciatura em Física

28	Approva ad referendum reformulação do PPC superior em téc. em laticínios
29	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. informática subsequente
30	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. informática integrado
31	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. agronegócio
32	Homologa o resultado do processo eleitoral
33	Altera endereço da reitoria no estatuto do IFS
34	Approva o Regimento Interno do RSC
35	Altera ad referendum regulamento de gratificação por encargo de curso e concurso
36	Approva ad referendum reformulação PPC téc. em edificações
37	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. em eletromecânica
38	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. em eletrônica
39	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. em eletrotécnica
40	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. informática integrado
41	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. química
42	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. redes de computadores
43	Approva ad referendum reformulação do PPC téc. em alimentos
44	Approva ad referendum reformulação do PPC Saneamento Ambiental
45	Approva ad referendum PDI 2014-2018
46	Approva ad referendum a inclusão do endereço dos novos campi no estatuto
47	Referenda a Resolução 17/2014/CS
48	Referenda a resolução 23/2014/CS
49	Referenda a resolução 24/2014/CS
50	Referenda a resolução 25/2014/CS
51	Referenda a resolução 26/2014/CS
52	Referenda a resolução 27/2014/CS
53	Referenda a resolução 28/2014/CS
54	Referenda a resolução 29/2014/CS
55	Referenda a resolução 30/2014/CS
56	Referenda a resolução 31/2014/CS
57	Referenda a resolução 35/2014/CS
58	Referenda a resolução 36/2014/CS
59	Referenda a resolução 37/2014/CS
60	Referenda a resolução 38/2014/CS
61	Referenda a resolução 39/2014/CS
62	Referenda a resolução 40/2014/CS
63	Referenda a resolução 41/2014/CS
64	Referenda a resolução 42/2014/CS
65	Referenda a resolução 43/2014/CS
66	Referenda a resolução 44/2014/CS
67	Referenda a resolução 45/2014/CS

68	Referenda a resolução 46/2014/CS
69	Aprova o Regimento Interno da CPPD
70	Aprova reformulação do PPC téc. subsequente em petróleo e gás
71	Aprova reformulação do PPC licenciatura em química
72	Aprova reformulação do PPC tecnologia em alimentos
73	Aprova o regimento interno da Editora IFS
74	Aprova o regimento interno do comitê de ética em pesquisa
75	Deflagra o processo para escolha dos representantes do Conselho Superior
76	Altera ad referendum o regulamento para avaliação de desempenho
77	Autoriza ad referendum o afastamento do país do Reitor à China
78	Aprova ad referendum normas para eleição dos representantes do Conselho Superior
79	Aprova ad referendum a alteração do art. 26 do estatuto
80	Aprova ad referendum PPC téc. em informática Câmpus Tobias Barreto
81	Aprova ad referendum a reformulação do PPC engenharia civil
82	Aprova ad referendum a reformulação do PPC saneamento ambiental
83	Aprova ad referendum reformulação do PPC licenciatura em química
84	Aprova ad referendum a reformulação do PPC licenciatura em matemática
85	Aprova ad referendum reformulação do regulamento de encargos docentes
86	Aprova ad referendum o regimento interno do conselho de ensino, pesquisa e extensão
87	Aprova ad referendum a reformulação do PPC gestão em turismo
88	Altera ad referendum a resolução 42.2014 - PPC integrado em redes de computadores
89	Retifica a resolução 65.2013 que aprova a reformulação do PPC em edificações
90	Aprova ad referendum o regulamento para promoção à classe titular da carreira EBTT
91	Aprova ad referendum a reformulação do regulamento de afastamento docente
92	Autoriza ad referendum o afastamento do país do Reitor
93	Aprova ad referendum o PPC téc. em redes de computadores Câmpus Propriá
94	Aprova Ad referendum o PPC engenharia civil Câmpus Estância
95	Aprova Ad referendum o PAINT/2015
96	Aprova ad referendum a reformulação do Regulamento de Encargos Docentes
97	Aprova ad referendum a reformulação do PPC licenciatura em física - Lagarto

Além do Conselho Superior, o IFS possui o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, que é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, nos termos do Art. 10 do Estatuto.

No exercício de 2014 foram realizadas 3 (três) deliberações pelo Colégio de Dirigentes, conforme quadro a seguir:

CONSELHO DE DIRIGENTES	
Nº	DELIBERAÇÕES
1	Manual de Formatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS
2	Regulamento das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

4.4 - As Ações Relativas a Demandas Recebidas pela Ouvidoria da Entidade

Por meio do Memorando nº 88/2014/OUVIDORIA/IFS, em atendimento ao Memorando nº 89, de 05/12/2014, foi encaminhado documento com informações das demandas recebidas pelo módulo de Ouvidoria no SIPAC, em cujo documento destaca-se o recebimento de 111 manifestações classificadas em Elogio, Sugestão, Informação, Solicitação, Reclamação e Denúncia, no exercício de 2014. Deste quantitativo, aproximadamente 82% foram concluídas e 20 manifestações estão em tramitação nos setores competentes.

O documento ainda destaca que foram feitas 09 (nove) denúncias e que as providências foram adotadas por meio de processo eletrônico pelo próprio módulo de Ouvidoria ou por meio de memorando eletrônico.

4.5 - As Ações Relativas a Denúncias Recebidas Diretamente pela Entidade

A Unidade de Auditoria Interna do IFS, em 2014, não recebeu qualquer denúncia.

4.6 - As Obrigações Legais da Entidade em Relação às Entidades de Previdência Privada

Com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, por meio da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, a Secretaria de Gestão Pública - SEGEPE disponibilizou, a partir de 26/06/2013, no módulo servidor do SIGEPE nova funcionalidade que permite aos servidores que pretendem aderir ao plano de benefícios da FUNPRESP-EXE, realizar as operações de adesão bem como o acompanhamento de suas solicitações relativas ao Regime de Previdência Complementar - RPC.

5 – RELATORIO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS

Dentre as informações tidas como necessárias ao RAIN, a Instrução Normativa nº 01 de 03 de Janeiro de 2007, mais precisamente em seu inciso III, do art. 4º, elenca o Relato Gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade, com base nos trabalhos realizados, relato esse, definido no art. 7º da mesma regulamentação.

5.1 - O cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 03/2015 da AUDINT, a Pró-Reitoria de Administração – PROAD – disponibilizou os quadros dos programas de governo e os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade e ação administrativa executados no Instituto no exercício 2014.

Assim, verificou-se que, no ano de 2014, foram executados os programas de Educação Profissional e Tecnológica; Educação Básica; Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação; Previdência de Inativos e Pensionistas da União e Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, conforme quadro abaixo:

Código do Programa	Descrição
2031	Educação Profissional e Tecnológica
2030	Educação Básica
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

Esses programas são compostos pelas seguintes ações:

Código do Programa	Código da Ação	Ação Ligada ao Programa
2031	20RG	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
2031	20RL	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
2031	2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional
2031	6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
2031	6358	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional
2030	20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica
2109	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
2109	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
2109	2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
2109	2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
2109	20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União
2109	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
2109	09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
0089	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões
0901	0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)
0901	00G5	Cont. da União, das Autarquias e Fundações para o Custeio do Reg de Prev dos Serv. Púb. Federais dec do Pag de Precatórios e Requis. de Pequeno Valor

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

A AUDINT teve como referência para seleção das auditorias a serem realizadas no exercício 2014, os Programas de governo e suas respectivas ações, conforme se

depreende do PAINT. Bem como, os critérios da materialidade, relevância e criticidade foram considerados na escolha das ações de auditoria, diante dos programas citados e suas respectivas ações.

Todavia, os programas, as ações de Governo e a avaliação dos resultados alcançados e seu desempenho serão apresentados com detalhamento no Relatório de Gestão (peça integrante da Prestação de Contas/2014 desta Instituição), ora sendo elaborado. Será apresentado também o acompanhamento dos gestores da Entidade quanto à conformidade do nível de execução das metas, dos objetivos e a adequação de seu gerenciamento, conforme normativos do TCU e as Orientações Complementares da Controladoria Geral da União.

5.2 - A avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela entidade

Seguem abaixo dados extraídos do SIMEC, disponibilizados pela PROAD, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 003/2015 da AUDINT, demonstrando os programas de governo, suas ações e indicadores respectivos, relacionados ao IFS:

2031 - Educação Profissional e Tecnológica	Indicador
20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Vaga disponibilizada
20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Aluno matriculado
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica	Aluno assistido
6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Instituição apoiada
6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica	Pessoa capacitada
2030 - Educação Básica	Indicador
20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	Pessoa beneficiada
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Indicador
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Criança atendida
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	-
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	-
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Indicador
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	-
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	Indicador
0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	-

00G5 - Cont. da União, das Autarquias e Fundações para o Custeio do Reg de Prev dos Serv. Púb. Federais dec do Pag de PreCATórios e Requis. de Pequeno Valor	-
--	---

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

A avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela entidade, quanto à sua qualidade, confiabilidade, representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade e estabilidade não foi realizada pela AUDINT, uma vez que não integrou as ações planejadas constantes do PAINT/2014, tampouco surgiu como ação crítica, não planejada, especial ou extraordinária durante o exercício.

Não obstante, a avaliação dos indicadores de desempenho utilizada pela entidade, quanto à sua qualidade e representatividade, estará descrita no Relatório de Gestão, peça integrante da prestação de contas do exercício de 2014 do IFS.

5.3 - A Avaliação dos Controles Internos Administrativos da Entidade

No exercício de 2014 a AUDINT realizou ação específica com o objetivo de avaliar os controles internos administrativos em nível operacional aplicados ao processo de concessão de auxílios financeiros a estudantes. A avaliação dos controles internos administrativos se deu quando da elaboração do Relatório de Auditoria nº 04/2014:

Relatório de Auditoria nº 04/2014 – Controle de Gestão – Avaliação de controles internos administrativos em nível operacional no PRAAE/IFS. Realizado em cumprimento ao item 3.1 do Anexo III do PAINT/2014. Teve por objetivos: Avaliar os controles internos administrativos em nível operacional aplicados ao processo de concessão de auxílios financeiros a estudantes.

Ademais, os aperfeiçoamentos implementados pela gestão em relação às determinações e recomendações contidas nos acórdãos do TCU e relatórios da AUDINT e CGU, emitidos no exercício, foram avaliados pela equipe de auditoria. Contudo, apesar de as ações adotadas impactaram na gestão, não estão associadas especificamente aos controles internos administrativos.

5.4 - A Regularidade dos Procedimentos Licitatórios

Nas ações voltadas a verificação da compatibilidade dos processos de aquisições de bens e serviços, diante da Lei de Licitações e das normas de execução orçamentárias e financeiras, foram realizadas auditorias em 14 (catorze) processos licitatórios no montante de R\$ 67.328.515,24 (sessenta e sete milhões, trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e quinze reais e vinte e quatro centavos).

QUANTITATIVO DE PROCESSOS				
PROCESSO / MODALIDADE	VALOR R\$	PERCENTUAL VALOR	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PERCENTUAL EXAMINADO
DISPENSA	36.391,88	0,1%	10	71%
PREGÃO	27.027.941,61	40,1%	1	7%
CONCORRÊNCIA	40.264.181,75	59,8%	3	21%
TOTAL	67.328.515,24	100,00%	14	100,00%

5.4.1 – Dispensas e inexigibilidades

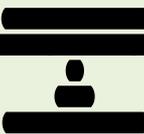
Nos trabalhos de auditoria realizados pela AUDINT em 2014, foram analisados 10 (dez) processos de dispensa de licitação. Deve-se ressaltar que apesar da previsão expressa de auditoria nas inexigibilidades de licitação, não houve a realização de trabalhos nessa área uma vez que inexistiam inexigibilidades no período com relação ao escopo trabalhado, ou seja, a Instituição não realizou nenhuma inexigibilidade na aquisição de material de consumo.

Em cumprimento à IN CGU 01/2007, apresentamos abaixo, as informações acerca dos processos de dispensa que foram constantes do relatório emitido pela AUDINT.

PROCESSO DE DISPENSA								
QT.	MODALIDADE	UNIDADE	FUNDAMENTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA FUNDAMENTAÇÃO E CPF	FORNECEDOR	CNPJ	OBJETO	VALOR
1	DISPENSA 08/2014 – Processo nº 23060.000138-2014-11	Reitoria	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.	[REDACTED]	DOPPIO ORO COMERCIAL LTDA - ME (CONTRATADO)	11.928.993/0001-82	Compra de Lacs dos Correios	594,98
					MAXIBOR ABASTECEDORA DE EQUIPAMENTOS IMPORTACAO E EXPOR (CONSULTADO)	04.835.107/0001-00		
					R CONTI - ME (CONSULTADO)	16.971.536/0001-94		
					LACRES GOLD LTDA - EPP (CONSULTADO)	14.286.932/0001-57		
					PAPELARIA PAPEL CARTAZ LTDA - EPP (CONSULTADO)	24.005.316/0001-34		
					LAZARO BEZERRA SOARES - ME (CONSULTADO)	06.088.333/0001-09		
2	DISPENSA 02/2014 – Processo nº 23060.001235-2013-32	Reitoria	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.	[REDACTED]	C R DOS SANTOS JUNIOR - ME (CONSULTADO)	19.238.915/0001-62	Aquisição de EPI's e outros materiais necessários ao trabalho de campo na área da construção civil.	7.850,95
					JOSE AVILA PIMENTEL FILHO - ME (CONSULTADO)	01.050.449/0001-27		
					COMERCIAL BRASIL DE EPI LTDA - EPP (CONTRATADO)	11.509.243/0001-76		
					COMERCIAL CONQUISTA DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (CONTRATADO)	15.812.762/0001-60		

					CAPUTI & CAPUTI COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (CONTRATADO)	18.067.621/0001-58		
					HABIB DECORACOES ITAJUBA LTDA - EPP (CONSULTADO)	03.851.189/0001-14		
					ARCOMFER BRASIL COMERCIAL LTDA - EPP (CONSULTADO)	17.099.705/0001-00		
					FERIMPORT COMERCIO REPRESENTACAO IMPORTACAO LTDA (CONTRATADO)	01.791.324/0001-58		
					MEGA FERRAMENTAS LTDA - ME (CONTRATADO)	12.538.250/0001-69		
					OHIO CONSULTORIA LTDA (CONSULTADO)	07.383.072/0001-04		
3	DISPENSA 06/2014 – Processo nº 23060.002098- 2013-53	Reitoria	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.	██████████ ██████████ ██████████	LACRES GOLD LTDA - EPP (CONTRATADO)	14.286.932/0001-57	Saco plástico com fechament o por aba adesiva.	6.680,00
					FELINN PERSONALIZACOES LTDA - ME (CONSULTADO)	18.101.005/0001-76		
					DIGITAL DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (CONSULTADO)	03.452.072/0001-68		
4	DISPENSA 03/2014 – Processo nº 23060.003064- 2013-86	Reitoria	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.	██████████ ██████████ ██████████	AFIXCODE SOLUCOES GRAFICAS LTDA - EPP (CONSULTADO)	10.350.191/0001-75	Aquisição de Plaquetas de Alumínio com numeraçã o patrimoni al.	870,00
					WENDEL COSTA RODRIGUES EIRELI - ME (CONSULTADO)	14.801.079/0001-64		
					CASSIO GARDEL DE SOUZA - ME (CONSULTADO)	14.553.585/0001-81		
					MNX COMERCIAL DE PAPEIS LTDA - EPP (CONSULTADO)	13.410.297/0001-05		
					MONTALVAO E TREVISAN GRAFICA EXPRESSA LTDA - ME (CONSULTADO)	10.570.916/0001-30		
					J R CLEMENTE - ESTAMPARIA - ME (CONTRATADO)	05.540.031/0001-59		
					SIQUEIRA PASSOS ETIQUETAS E PLACAS LTDA - ME (CONSULTADO)	10.854.881/0001-61		
					LACRES GOLD LTDA - EPP (CONSULTADO)	14.286.932/0001-57		
					H.O. PLACAS E DESIGN LTDA. - EPP (CONSULTADO)	02.998.291/0001-84		
					ANTONIO MAURICIO VASCONCELOS DE JESUS - ME (CONSULTADO)	03.112.623/0001-44		

					ETIROTULOS - ETIQUETAS SERVICOS GRAFICOS E SERIGRAFICOS (CONSULTADO)	05.487.117/0001-65		
					FAZAN & CIA LTDA - EPP (CONSULTADO)	07.233.306/0001-37		
					SERILOS COMERCIO E SERVICOS DE PLACAS LTDA - ME (CONSULTADO)	04.057.765/0001-19		
5	DISPENSA 05/2014 – Processo nº 23289.000284- 2013-83	São Cristóvão	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.	██████████ ██████████ ██████████	NUTRIGERO NUTRICA ANIMAL LTDA - ME (CONSULTADO)	09.051.762/0001-91	Aquisição de material para fabricação de ração.	7.916,20
					NPK COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - ME (CONTRATADO)	19.172.264/0001-50		
6	DISPENSA 04/2014 – Processo nº 23289.00005820 14-83	São Cristóvão	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.	██████████ ██████████ ██████████	COMERCIAL VIERIA MOREIRA & SILVA LTDA - ME (CONTRATADO)	00.389.998/68	Aquisição de pintinhos de corte e pintainhas de postura.	6.097,00
					RBA COMERCIO DE MATERIAIS E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA (CONSULTADO)	12.559.406/001-98		
7	DISPENSA 02/2014 – Processo nº 23289.00005920 14-28	São Cristóvão	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.	██████████ ██████████ ██████████	RJR COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP (CONTRATADO)	13.611.902/0001-06	Solicitação de recarga de extintores.	2.206,81
					R. PEREIRA COMERCIAL LTDA - EPP (CONSULTADO)	32.856.932/0001-27		
8	DISPENSA 01/2014 – Processo nº 23289.001447- 2013-45	São Cristóvão	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.	██████████ ██████████ ██████████	QUALY COMERCIAL EIRELI (CONTRATADO)	11.301.724/0001-91	Aquisição de Material para Laboratóri o de Biologia	1.076,90
					REI-LABOR COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS - EIRE (CONSULTADO)	01.293.314/0001-92		
					COMERCIAL NOSSO LAR EIRELI - EPP (CONSULTADO)	18.266.878/0001-39		
					ELISEU FERREIRA DE SANTANA - ME (CONSULTADO)	09.657.790/0001-57		
					AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	14.676.091/0001-94		
					ROSA ALBA CAPO GRANATA - ME	53.959.045/0001-54		
					IMUNODIAGNOSTICA EIRELI	02.327.995/0001-25		
					COMERCIAL SPHERA - ME	09.018.106/0001-97		
					FARED COMERCIAL LTDA - ME	07.259.386/0001-08		
					VIDA EQUIPAMENTOS DE SEGURACA E PRECISAO LTDA - ME	09.326.929/0001-80		

					INTERJET COMERCIAL LTDA - EPP (CONSULTADO)	59.403.410/0001-26		
					LABMASTER COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA - EPP (CONSULTADO)	01.974.431/0001-11		
					A. C. DE SOUZA SANTANA - ME (CONSULTADO)	18.925.025/0001-61		
					CAPUTI & CAPUTI COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (CONSULTADO)	18.067.621/0001-58		
9	DISPENSA 07/2014 – Processo nº 23290.000649-2014-11	Aracaju	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.		RACOM AUTOMACAO E COMERCIO LTDA - ME (CONTRATADO)	13.590.893/0001-14	Aquisição de materiais de consumo e permanente para atender as necessidades da Coordenação de Manutenção.	514,04
					DOPPIO ORO COMERCIAL LTDA - ME (CONSULTADO)	11.928.993/0001-82		
10	DISPENSA 08/2014 – Processo nº 23463.000096-2014-78	Estância	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.		VALDIR OLIVEIRA - ME (CONSULTADO)	32.876.666/0001-08	Aquisição de material de consumo para atendimento ao programa Mulheres Mil".	2.585,00
					SUPER LOJÃO DAS VARIEDADES LTDA - ME (CONSULTADO)	10.484.307/0002-40		
					ALMIRO MATERIAIS DE CONSTRUCAO - ME (CONSULTADO)	10.623.728/0001-23		
					SILVEIRA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (CONSULTADO)	06.914.060/0001-04		
					GERIVALDO DOS SANTOS CLEMENTE - ME (CONSULTADO)	00.142.296/0001-85		
					IRMÃO SIQUEIRA E CIA LTDA (CONTRATADO)	03.767.913/0001-26		
TOTAL								36.391,88

Com relação à análise da regularidade dos processos de dispensa, verificaram-se diversas impropriedades que foram objeto de recomendações registradas no relatório de auditoria nº 002/2014, com a indicação mais detalhada de cada processo no respectivo relatório.

Cumprido destacar que para escolha dos citados processos, levaram-se em consideração 100% (cem por cento) dos processos de dispensa de licitação na aquisição de material de consumo.

5.4.2 - Demais processos licitatórios

Quanto à análise da regularidade dos demais processos licitatórios, incluindo a quantidade examinada e a identificação dos participantes do certame, mediante nome ou razão social e CPF ou CNPJ, a AUDINT analisou, por amostragem, um processo de pregão e três concorrências públicas.

Assim, em atendimento à IN CGU 01/2007, apresenta-se abaixo, dados do contratado (CNPJ e razão social), por meio de processo licitatório que foi objeto de análise por parte desta Auditoria no exercício 2014.

DEMAIS PROCESSOS LICITATÓRIOS								
QT.	MODALIDADE	Nº	UNIDADE	CONTRATADO	CNPJ	OBJETO	PROCESSOS	VALOR
1	PREGÃO	33/2013	Reitoria	HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA	61.797.924/0007-40	Aquisição futura de materiais, permanente e de consumo, de informática.	23060.001661/2013-76	R\$ 27.027.941,61
				CONVERGENCIA INFORMATICA LTDA	07.421.648/0001-80			
				LAMARE COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME	05.902.583/0001-60			
				JOSE AVILA PIMENTEL FILHO – ME	01.050.449/0001-27			
				LAZARO JOSE – ME	06.127.283/0001-13			
				SP SMART COMERCIO, IMPORTAÇÃO E SERVIÇOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA.	13.565.367/0001-02			
				A & L SISTEMAS ELETRÔNICOS E INFORMATICA LTDA – ME	11.940.795/0001-34			
				APPARATO EQUIPAMENTOS LTDA – EPP	06.250.521/0001-83			
				MEILOCK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E DE INFORMÁTICA LTDA.	09.631.830/0001-91			
2	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	01/2014	Aracaju	CONSTRUTORA JJ LTDA.	32.813.263/0001-06	Construção da 1ª etapa dos blocos administrativo, de biblioteca e auditório do Câmpus Aracaju	23060.002432/2013-79	R\$ 29.441.170,21
3	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	02/2014	São Cristóvão	CONSTRUTORA TOCANTINS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	34.483.180/0001-21	Construção do centro de treinamento de cães-guias do Câmpus de São Cristóvão	23060.003366/2013-54	R\$ 5.368.835,05
4	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	06/2014	Reitoria	CONSTRUTORA LINK LTDA - EPP	96.803.747/0001-57	Construção da primeira etapa do Câmpus IFS de Poço Redondo	23060.003347/2014-17	R\$ 5.454.176,49
TOTAL								67.292.123,36

Com relação à análise da regularidade desses processos, verificaram-se diversas impropriedades que foram objeto de recomendações registradas nos relatórios de auditoria nº 003/2014 e nº 005/2014, com a indicação mais detalhada nos respectivos relatórios.

Cumprir destacar, que para a escolha do citado processo, levaram-se em consideração os critérios da criticidade, materialidade e relevância.

5.5 – Avaliação do gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes firmados

Não houve, para o exercício de 2014, ação planejada para avaliação da execução de convênios, acordos e ajustes firmados.

5.6 - A verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal

Não houve, para o exercício de 2014, ação planejada para avaliação da consistência da folha de pagamentos.

6 – FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

6.1 – Fatos relevantes de natureza administrativa

Durante o exercício de 2014 foi realizado o Concurso Público (Edital IFS/Reitoria/Progep nº 13, de 24 março de 2014) para o provimento de 184 (cento e oitenta e quatro) vagas para cargos administrativos do Quadro de Pessoal Permanente deste Instituto Federal de Ensino, prevendo 03 (três) vagas específicas para auditor interno. Destas, foram preenchidas 02 (duas), sendo nomeadas as servidoras auditoras Helanne Pontes e Raquel Estácio que entraram em exercício no dia 22/08/2014 e 07/11/2014, respectivamente.

No mês de agosto de 2014 foram substituídos todos os computadores do setor de auditoria visto que apresentavam frequentes limitações em seu desempenho, o que provocava alguns contratemplos na execução das atividades desenvolvidas pela equipe de auditoria, por máquinas mais modernas, em atendimento ao pedido da AUDINT ao Departamento de Tecnologia da Informação do IFS (Memorando nº 73/2013/AUDINT/IFS de 19/11/2013).

No final do segundo semestre foi implementado Módulo de Auditoria interna no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, instrumento imprescindível ao acompanhamento das ações, que facilitará sobremaneira a condução dos trabalhos de monitoramento, tendo em vista que essas ações serão realizadas por

meio eletrônico, permitindo a consolidação destas de forma mais célere, alcançando uma maior eficiência nesta etapa da auditoria.

Deve-se frisar que durante 11 meses a equipe desempenhou seus trabalhos de forma centralizada contribuindo de forma relevante para o aprimoramento dos trabalhos, trazendo mais agilidade, eficácia e eficiência ao grupo.

Contudo, impende destacar que apesar da solicitação de centralização desses Auditores, a Reitoria decidiu manter uma equipe sistêmica na Reitoria composta pela Chefia da Auditoria e 3 (três) auditores Coordenadores (Coordenadoria de Administração e Planejamento, Coordenadoria de Execução das Ações de Controle e Coordenadoria de Acompanhamento das Ações de Controle) e uma auditora no Câmpus Estância e outra no Câmpus Lagarto de forma descentralizada.

Ademais, embora os Coordenadores tenham executado suas funções na Audint/Reitoria, continuam lotados nos câmpus de origem, a saber: Aracaju, São Cristóvão e Itabaiana.

Todavia, mesmo sem auditores em todos os câmpus, mais uma vez durante o exercício esta AUDINT/Reitoria realizou os trabalhos em todo o Instituto, inclusive se deslocando para os demais, quando necessário, a fim de aperfeiçoar os trabalhos e atender a matriz de risco aplicada, considerando os critérios da materialidade, relevância e criticidade.

Durante todo o exercício 2014, como ocorreu em 2013, a Chefia da Auditoria participou como convidado das reuniões do Colégio de Dirigentes, órgão que compõe a Administração Superior do Instituto, fazendo intervenções diretas e recebendo sugestões, no que se refere às competências da auditoria interna.

Por fim, a sede provisória da Auditoria, durante todo o exercício, ficou localizada na Rua Francisco Portugal, nº 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, (Prédio utilizado pelo Pronatec – Anexo da Reitoria), em vista das reformas da nova sede da Reitoria e do Câmpus Aracaju, com prazo de conclusão da obra previsto para 2 (dois) anos. Embora as instalações físicas sejam consideradas boas pela equipe, há um distanciamento da sede da Reitoria e do seu principal câmpus, o que afasta a auditoria do dia a dia e da rotina do IFS.

6.2 – Informações sobre as ações de capacitação realizadas ao longo do exercício e os resultados alcançados

Durante o ano em referência foi possível a realização de cursos de capacitação que ampliaram imensuravelmente a visão por parte desta Auditoria no sentido de aprimoramento de suas técnicas nas áreas mais relevantes da Instituição que deveriam ser auditadas.

A partir desses cursos obtivemos resultados que realmente levaram em consideração áreas de risco que mereciam uma maior atenção do controle interno, sempre baseados na materialidade, relevância e criticidade.

Devemos destacar a participação de 05 (cinco) auditores que compõem a equipe de Auditoria Interna do IFS nos seguintes Cursos de Capacitação:

- ➔ Participação da auditora Maria Alvina de Araújo no “40º Fórum Técnico das Auditorias Internas do Ministério da Educação – FONAItec”, promovido pela Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação na cidade de Campo Grande, no período de 14 a 16 de maio de 2014, com carga horária de 30 horas;
- ➔ Participação dos auditores Giulliano Santana Silva do Amaral e Maria Alvina de Araújo na “XI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contas Públicas”, promovida pela Escola de Administração Fazendária – ESAF na cidade de Salvador/BA no período de 04 a 08 de agosto de 2014, com carga horária de 40 horas;
- ➔ Participação da auditora Helanne Cristianne da Cunha Pontes no “1º Curso de Formação de Auditores do Ministério da Educação”, promovido pela Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação na cidade de Santo André/SP, no período de 15 a 19 de setembro de 2014, com carga horária de 40 horas;
- ➔ Participação dos auditores Fernando Augusto de Jesus Batista e William de Jesus Santos no “41º Fórum Técnico das Auditorias Internas do Ministério da Educação – FONAItec” promovido pela Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação, promovido na cidade de João Pessoa/PB no período de 24 a 28 de novembro de 2014, com carga horária de 40 horas;
- ➔ Participação do auditor Giulliano Santana Silva do Amaral no “Curso de Auditoria Interna Governamental”, promovido pela Auditoria Interna IFPA na cidade de Belém/PA, no período de 09 a 13 de junho de 2014, com carga horária de 40 horas;

Além dos cursos supra delineados, todos realizados presencialmente e em outros estados, os auditores Maria Alvina de Araújo Gomes e William de Jesus Santos participaram do “Curso Estruturas de Gestão Pública” promovido à distância/virtualmente pelo Instituto Serzedello Corrêa vinculado ao Tribunal de Contas da União – TCU, nos períodos de 10/03/2014 a 31/03/2014 e 02/06/2014 a 30/06/2014.

O auditor William de Jesus Santos realizou ainda o “Curso de Gestão Pública”, ministrado na modalidade à distância pela Instituição Cursos 24 horas, no período de 01/04/2014 a 30/04/2014.

A auditora Maria Alvina de Araújo Gomes participou do curso “Nova Regra Ortográfica”, promovido virtualmente pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, no período de 02/06/2014 a 30/06/2014.

Os auditores internos Maria Alvina de Araújo Gomes e Fernando Augusto de Jesus Batista participaram do “Curso Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira”, ministrado na modalidade à distância pelo Instituto Serzedello Corrêa vinculado ao Tribunal de Contas da União – TCU, no período de 02/06/2014 a 30/06/2014.

O auditor Fernando Augusto de Jesus Batista realizou ainda o “Curso Controles na Administração Pública”, ministrado na modalidade à distância pelo Instituto Serzedello Corrêa vinculado ao Tribunal de Contas da União – TCU, no período de 25/08/2014 a 19/09/2014.

Os auditores Maria Alvina de Araújo Gomes, William de Jesus Santos, Helanne Cristianne da Cunha Pontes e Fernando Augusto de Jesus Batista participaram do II Fórum de Administração do IFS, idealizado pela Pró-Reitoria de Administração – PROAD, nos dias 30 e 31 de Outubro de 2014, no Auditório do PRONATEC, ocasião em que a equipe fez apresentação com o tema: Atuação da AUDINT na Gestão de Suprimento de Bens.

A auditora Helanne Cristianne da Cunha Pontes participou ainda do curso “Controle e Auditoria Interna” realizado pela Controladoria Geral da União através do site da ESAF, no período de 06/10/2014 a 17/11/2014.

O auditor Giulliano Santana Silva do Amaral participou do curso de Controle na Administração Pública realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no período de 28/04/2014 a 26/05/2014.

O auditor Giulliano Santana Silva do Amaral participou do curso de Direitos Humanos e Objetivos do Milênio realizado pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, no período de 01/04/2014 a 30/04/2014.

O auditor Giulliano Santana Silva do Amaral participou do curso de Ética e Serviço Público realizado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, no período de 08/04/2014 a 28/04/2014.

O auditor Giulliano Santana Silva do Amaral participou do curso de Legislação aplica à Gestão de Pessoas realizado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, no período de 06/05/2014 a 02/06/2014.

Como resultado da participação nas capacitações trazidas à baila, o aprendizado adquirido pelos auditores permitiu o desenvolvimento de novas metodologias de trabalho que vem auxiliando no aprimoramento dos trabalhos e certamente contribuirão de forma imprescindível ao labor no exercício de 2015.

6.3 – Informações sobre a realização de ações de fortalecimento da unidade de auditoria interna

Entre os meses de julho a setembro, a AUDINT foi submetida à fiscalização do TCU, com o objetivo de avaliar o estágio de maturidade da unidade de auditoria interna do IFS.

O Acórdão 3455/2014 - TCU - Plenário trouxe uma análise da estrutura da AUDINT, levando em consideração a independência, existência de política formalizadora para o funcionamento da AUDINT, capacitação e recursos materiais e de pessoal. Também foi analisada a atuação desta Unidade, onde foram abordados os seguintes tópicos: PAINT, gestão de riscos, assessoramento prestado à alta administração, controles internos e segregação de funções.

As recomendações advindas deste Acórdão, quando implementadas, fortalecerão a atuação da AUDINT.

Também no mês de outubro, a CGU iniciou um trabalho de avaliação da atuação da AUDINT. De acordo com a SA nº 165302, os aspectos a serem considerados nesta avaliação são: a posição da AUDINT no organograma da Instituição, ausência de política formalizada disciplinando as atividades da auditoria interna e sua localização física. Até o fechamento do RAINT não chegou o relatório final desta avaliação.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas nas Instruções Normativas nº 07, de 29 de dezembro de 2006 e nº 01, de 03 de janeiro de 2007, emitidas pela Controladoria Geral da União - CGU que determinam normas de elaboração, acompanhamento e conteúdo do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria, colaborando para a sua concepção todos os auditores internos do IFS.

As atividades da unidade de Auditoria Interna do IFS, no ano de 2014, foram balizadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas da instituição, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública.

Apesar do reduzido quadro de pessoal da AUDINT durante a maior parte do exercício, a equipe de auditores procurou cumprir as atividades previstas no PAINT, mesmo quando alguns trabalhos ficaram prejudicados nos prazos propostos por fatores diversos, tais como greve no Instituto e fiscalização da TCU e CGU.

Vislumbra-se, portanto, que a Auditoria Interna cumpriu devidamente suas competências no ano de 2014, ao assistir o IFS na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas e ao

sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

A servidora listada a seguir que não teve sua assinatura aposta neste relatório não estava presente, quando da geração deste documento, por motivo previsto legalmente. No entanto, atuou efetivamente como membro da equipe responsável pela ação de controle.

Aracaju/SE, 30 de janeiro de 2015.

Fernando Augusto de Jesus Batista
Auditor Interno IFS

Giulliano Santana Silva do Amaral
Auditor Interno IFS

Helanne Cristianne da Cunha Pontes
Auditora Interna IFS

Maria Alvina de Araújo Gomes
Titular de Auditoria Interna IFS

Raquel da Silva Oliveira Estácio
Auditora Interna IFS

William de Jesus Santos
Auditor Interno IFS

ANEXO I - AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS E SEUS OBJETIVOS

ÁREA 01 - CONTROLES DE GESTÃO

OBJETO	AVALIAÇÃO SUMÁRIA QUANTO AO RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
							HORA LÍQUIDA	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
RAINT/2013	Elaboração do RAIN/2013 em desacordo com a IN 07/2006 e IN 01/2007 CGU	CGU	Elaborar RAIN/2013, conforme a legislação, evidenciando a legalidade dos registros dos atos e fatos administrativos auditados.	Relatar as atividades de auditoria interna em função do planejamento do exercício anterior.	JANEIRO	Auditoria Interna	512	IN nº 07 de 29/12/2006 IN nº 01 de 03/01/2007
Processo de Contas Anual	Não atender as normas de elaboração de prestação de contas do TCU.	CGU/TCU/Reitoria	Acompanhar a elaboração e verificar se a mesma está atendendo as normas sobre o Relatório de Gestão.	Examinar o processo de contas anual e sua conformidade quanto às normas aplicáveis.	FEVEREIRO	PRODIN	464	DN 121/2012 – TCU IN 063/2010 – TCU PORTARIA 150/2012 TCU e Legislação correlatas.
PAINT/2015	Elaboração do PAINT/2015 em desacordo com a legislação e sem observância aos critérios de materialidade, relevância e criticidade.	CGU	Elaborar a proposta de PAINT para o exercício 2015, conforme legislação aplicável.	Prever as ações de auditoria interna e seus objetivos e as de desenvolvimento institucional e capacitação para o fortalecimento das atividades da AUDINT, considerando os Planos, Metas, Objetivos, Programas e Políticas do IFS, bem como os resultados dos últimos trabalhos de auditoria.	OUTUBRO	Auditoria Interna	560	IN nº 07 de 29/12/2006 IN nº 01 de 03/01/2007

OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
							HORA LÍQUIDA	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
Cumprimento das Orientações, Recomendações e Determinações da CGU, TCU e AUDINT	Não atendimento das orientações, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno, externo e Auditoria Interna.	CGU, TCU e AUDINT	Acompanhar os atos da Gestão no tocante ao atendimento das recomendações/orientações da CGU e AUDINT, e determinações do TCU, bem como subsidiar o gestor na elaboração do Plano de Providências Permanente da unidade.	<p>Verificar os atos e fatos produzidos no exercício que geraram constatação e recomendação pela CGU e AUDINT e determinações do TCU.</p> <p>Encaminhar às unidades as demandas contidas nos Relatórios de Auditoria para subsidiar a elaboração do Plano de Providência Permanente.</p> <p>Acompanhar as diligências de auditoria de gestão e auditoria operacional dos órgãos de controle externos e internos.</p> <p>Auxiliar na busca de soluções junto aos setores envolvidos quanto às falhas apontadas em relatórios de auditoria e acórdãos.</p>	AÇÃO CONTÍNUA	Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Campus	776	Legislação vigente (Portaria CGU nº 133 de 18/01/2013)

ÁREA 02 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
							HORA LÍQUIDA	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
Orçamento da instituição	Desacordo com a finalidade do programa de trabalho e incompatibilidade com o objeto da despesa empenhada descumprindo o planejamento público traduzido por meio da lei orçamentária.	AUDINT	Verificar se a execução da despesa em outros serviços de terceiros – pessoa jurídica está de acordo com a finalidade do programa de trabalho e compatível com o objeto da despesa empenhada visando fortalecer os controles internos administrativos para o fiel cumprimento do planejamento público traduzido por meio da lei orçamentária.	Avaliar o atendimento da finalidade do programa de trabalho e a compatibilidade com o objeto da despesa empenhada em relação ao planejamento.	MAIO E JUNHO	Reitoria, PROAD, PROEN, PROPEX e Câmpus	544	PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2014), PDA – Plano de Desenvolvimento Anual (2014) e Legislação aplicável (LOA – Lei Orçamentária Anual 2014, Lei nº 4.320/64, IN 01/2007 CGU, IN 01/2001 CGU

ÁREA 03 - GESTÃO FINANCEIRA

OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
							HORA LÍQUIDA	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
Auxílio Financeiro a Estudante	Não cumprimento das normas internas e pagamento indevido.	AUDINT	Certificar a legalidade e legitimidade dos pagamentos; Identificar os pontos fortes e fracos dos controles administrativos, inerentes as concessões.	Os exames serão realizados por amostragem – sobre 5% do número de concessões considerando as diversas modalidades.	MARÇO E ABRIL	Diretoria de Assistência Estudantil	440	Resoluções do Conselho Superior e demais normativos internos que tratam do tema.
Contribuições	Ilegalidade e ilegitimidade dos pagamentos efetuados pelo Instituto a título de contribuições.	AUDINT	Certificar a legalidade e legitimidade dos pagamentos efetuados pelo Instituto a título de contribuições.	Os exames serão realizados por amostragem – sobre 10% do número de pagamentos efetuados pelo Instituto a título de contribuições.	SETEMBRO	PROAD	304	Legislação vigente aplicável.

ÁREA 04 - GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
							HORA LÍQUIDA	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
Auditoria Compartilhada com a CGU nos processos licitatórios relativos às obras e projetos de engenharia.	Irregularidades na formalização dos processos licitatórios.	AUDINT e CGU	Comprovar a observância das exigências legais para composição dos processos licitatórios;	Os exames serão realizados por amostragem – sobre 10% do número dos processos que versem sobre obras e projetos de engenharia.	NOVEMBRO (previsão)	Reitoria e demais Câmpus.	304	Lei 8.666/93 e Legislação aplicável.
Processos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação	Os processos de dispensa e inexigibilidade não estarem de acordo com a Lei 8.666/93	Gestão da Entidade e CGU	Avaliar os processos de aquisição de material de consumo, verificando a formalização dos processos de modo a assegurar o atendimento às exigências legais pertinentes, bem como identificar os pontos fortes e fracos dos controles administrativos;	Os exames serão realizados por amostragem – sobre 100% do número dos processos de aquisição de material de consumo.	JULHO	Reitoria e demais Câmpus.	264	Lei 8.666/93 e Legislação aplicável.

ÁREA 05- GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA – Reserva Técnica

OBJETO	AVALIAÇÃO SUMÁRIA QUANTO AO RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
							HORA LÍQUIDA	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
Assessoramento a Gestão	Execução de atividade que não esteja de acordo com as normas do serviço público.	Reitoria e Órgãos Colegiados	Orientar a gestão no sentido de pautar as suas ações conforme a legislação.	100% das solicitações encaminhada à auditoria interna	AÇÃO CONTÍNUA	Auditorias Internas das unidades gestoras	760	Legislação aplicável.
Elaboração de Relatórios das Atividades Desenvolvidas pela AUDINT.	Descumprimento de normas, como também a falta de informação sobre os atos de gestão. Esta ação é relevante para atender a IN 07/2006 e IN 01/2007 CGU	CGU e AUDINT	Elaborar os Relatórios, contendo constatações e recomendações da AUDINT, e ainda, as recomendações e determinações dos demais órgãos de controle. Essa ação tem como resultado esperado cumprir a determinação da IN nº 07/2006, bem como levar ao conhecimento da execução dos trabalhos às instâncias superiores para apreciação e posterior remessa à CGU, conforme prazo estabelecido na referida Instrução Normativa.	Todas as ações de controle de que resultem constatações e recomendações /orientações, realizadas nas áreas 02 a 04 deste Anexo.	Na conclusão de cada trabalho de auditoria.	AUDINT	272	IN nº 07 de 29/12/2006 IN nº 01 de 03/01/2007

OBJETO	AVALIAÇÃO SUMÁRIA QUANTO AO RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
							HORA LÍQUIDA	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
Atividades Administrativas na AUDINT.	Falta de familiaridade com as legislações pertinentes, desconhecimento na realização dos trabalhos e procedimentos de auditoria.	AUDINT	Realizar reuniões internas, pesquisas e estudos acerca da legislação, acórdãos, leitura do DOU, orientações, doutrinas, e outros temas pertinentes aos trabalhos relacionados à AUDINT; Elaborar Programas de Auditorias, por área; Elaborar Questionários de Avaliação dos Controles Internos - QACI, por área;	-	Previamente às atividades de auditoria a serem realizadas nas áreas 02 a 04.	AUDINT	368	Legislação aplicável.
Elaboração do Regimento Interno de Auditoria Interna.	Ausência de material norteador para as ações realizadas pela AUDINT, bem como Desconhecimento da comunidade interna procedimentos da AUDINT/IFS.	AUDINT	Elaborar o Regimento Interno da Unidade de Auditoria visando Padronizar e divulgar os procedimentos da Auditoria Interna.	-	ABRIL E MAIO	AUDINT	368	Decreto 3591/2000; Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. (IN 01/2001/CGU) e demais legislações aplicáveis.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA NA ENTIDADE

Evento	Discriminação	Período	Duração	Abrangência	Justificativa
Semana Orçamentária e Financeira	Participação em diversas oficinas.	Previsão de realização: Março de 2014, a ser confirmada. Novembro de 2014, a ser confirmada.	40 horas	Controle na Administração Pública; Auditorias Internas; Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; Controle Externo; Prestação de Contas Anual (ordinária); Principais Fraudes na Administração Pública; Introdução a Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Introdução às normas nacionais e internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; Suprimento Fundos – Legislação; MCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e Lançamentos Contábeis Típicos da Administração Pública e Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	A participação nas oficinas vai ser de suma importância para capacitação nas diversas áreas de atuação da auditoria, bem como para acompanhar a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade no âmbito da Gestão do IFS.
Fonai-TEC	- XL Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Vinculadas ao Ministério da Educação (FONAI-TEC). - XLI Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Vinculadas ao Ministério da Educação (FONAI-TEC).	Previsão de realização: Maio de 2014, a ser confirmada. Novembro de 2014, a ser confirmada.	40 horas 40 horas	Discussões de assuntos polêmicos, visando à padronização de procedimentos nas ações das Unidades de Auditoria Interna das Instituições vinculadas ao MEC.	A participação nos fóruns garante a padronização das ações das Auditorias Internas do Ministério da Educação, disseminação do conhecimento que cada uma tem em áreas específicas e uma maior aproximação com a CGU e o TCU, pois os mesmos são convidados para participarem do evento. Tendo como objetivo o fortalecimento das mesmas junto as suas entidades.

Evento	Discriminação	Período	Duração	Abrangência	Justificativa
Capacitação em ambiente virtual	Cursos do Programa Capacita CGU.	Previsão de realização: Junho de 2014, a ser confirmada.	30 horas	Curso do Programa de Orientação e Capacitação dos Gestores Públicos Federais (CAPACITA) da Controladoria Geral da União em parceria com o Ministério da Educação.	Oportunidade para capacitação e fortalecimento das unidades de controle interno da rede das Instituições do MEC.
Curso	Curso de Capacitação na área de contratação de obras e serviços de engenharia.	Previsão de realização: Outubro de 2014, a ser confirmada.	20 horas	Treinamento destinado aos servidores públicos de todas as esferas de governo, que lidam direta ou indiretamente com o Planejamento, Gestão e Fiscalização de Obras Públicas e a relação entre destas atividades e a área de Licitações e Contratos Administrativos.	<p>Fornecer um conhecimento ampliado das normas relativas a Licitações e Contratos nos pontos em que estas matérias interagem com a Atividade de Engenharia na Iniciativa Pública, pautado no que há de mais atual na doutrina e sua análise e compreensão através do estudo de casos práticos.</p> <p>Proporcionar aprimoramento dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente com a atividade governamental, visando maior eficiência na auditoria dos processos de licitação e contratação de obras e serviços de engenharia.</p> <p>Ampliar os conhecimentos referentes aos princípios e diretrizes das normas gerais de licitação, da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94, resoluções do CONFEA, além de entendimentos firmados pelo Tribunal de Contas da União. Tudo isso viabilizando uma visão sistêmica dos processos de licitação e contratação de obras e serviços de engenharia;</p>

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA

Evento	Discriminação	Período	Duração	Abrangência	Justificativa
Curso	Curso de Auditoria no Setor Público – Diversas Áreas	Previsão de realização: Fevereiro de 2014, a ser confirmada.	40 horas	Proporcionar a correta aplicação das técnicas e procedimentos usuais de acordo com o Manual de Normas dos Trabalhos de Auditoria aplicável ao Setor Público, e principalmente dar condições para que os órgãos e entidades governamentais cumpram com as determinações do artigo 74 da Constituição Federal.	Construir e/ou atualizar o conhecimento da equipe nas atividades de auditoria interna.